



Reunião de 29/02/2016

**ATA N.º 05/2016**

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NELAS, REALIZADA EM VINTE E NOVE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS**

---- Aos **vinte e nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezasseis**, nesta Vila de Nelas e edifício dos Paços do Município, reuniu pelas dez horas, a Câmara Municipal de Nelas, em reunião extraordinária, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, estando presentes os Senhores Vereadores, Artur Jorge dos Santos Ferreira, Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr. Manuel da Conceição Marques, Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas Marques, Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves e Adelino José Borges Amaral. -----

**SITUAÇÃO FINANCEIRA**

---- O Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, cumprimentou todos os presentes e declarou aberta esta reunião extraordinária do dia 29 de fevereiro de 2016. Situação financeira do Município referente ao dia 26 de fevereiro de 2016 – Resumo Diário de Tesouraria - Total de disponibilidades: 1.217.793,97 euros, sendo de operações não orçamentais: 106.271,39 euros. -----

**ORDEM DE TRABALHOS**

**(55/20160229)1. APROVAÇÃO DO PROJETO DA ETAR DE NELAS III E SISTEMA INTERCETOR (COM ALTERAÇÕES)**

---- O Senhor Presidente afirmou que só queria dar uma explicação. Pediu aos autores do projeto para estarem presentes nesta reunião de Câmara. Da empresa AGR estava o Senhor Eng.º Carlos e também os Técnicos do Município, a Senhora Eng.<sup>a</sup> Susana e a Senhora Eng.<sup>a</sup> Inês que têm acompanhado todo este processo, quer da candidatura do Município ao PO SEUR e na altura aprovou-se o projeto da ETAR de Nelas III e Sistema Intercetor, que todos conheciam, que foi lançado na plataforma, salvo o erro até final de maio do ano passado. Posteriormente a isso, o Executivo ficou à espera da aprovação como tinha sido concertado com o Ministério do Ambiente, particularmente com o Senhor Secretário de Estado do Ambiente. Nesse entretanto, o Executivo foi avançando com o trabalho, ficou à espera da aprovação do projeto para efeito de financiamento e pediu às Infraestruturas de Portugal parecer relativamente à construção de uma nova ETAR no sítio da ETAR II como estava projetado e veio um parecer negativo por parte das Infraestruturas de Portugal dizendo que aquela planta que ali estava, portanto, onde estava ali a ETAR II está dentro da malha de segurança da zona non edificandi relativamente ao futuro traçado do IC 12, o que obrigou o Executivo, no último mês, a arranjar uma solução alternativa e que justifica estas alterações porque a cota é outra, o sistema intercetor tem que ter um prolongamento porque houve ali a deslocação de algumas centenas de metros, poucas, mas houve. Por isso estas alterações



### Reunião de 29/02/2016

relativamente ao projeto, quer em termos de Sistema, não propriamente da ETAR mas no Sistema Intercetor, quer relativamente aos mapas de quantidades porque a cota passou a ser outra e também tubagens, tudo isso que é necessário para o Sistema Intercetor. Já veio também a reunião de Câmara a compra daqueles dois terrenos. O Executivo identificou quatro parcelas de terreno a jusante, praticamente encostado à ETAR II, e pôs nas componentes do investimento para a ETAR, do total de 4.397.022,00 euros colocou, para terrenos, a compra de 50.000,00 euros e já gastou 25.000,00 euros de um terreno que já veio a reunião de Câmara e outro que o Executivo está para fazer também a escritura, negociou entre 8.000,00 euros a 10.000,00 euros, portanto, fica perfeitamente dentro dos 50.000,00 euros, que são elegíveis para efeitos desta candidatura. Essas alterações é que justificam e de facto estavam ali disponíveis para algum dos Senhores Vereadores que tenha alguma questão técnica relativamente a este assunto. A estrutura do investimento é a mesma, a cobrir a Zona Industrial I e a Zona Industrial do Chão do Pisco, a cobrir a Freguesia de Nelas, Folhadal, a parte que ainda não vai para a ETAR compacta que já lá existe. Portanto, tem aquele sistema de elevatórias que está projetado no sentido de ser uma ETAR que propicia o tratamento de um equivalente a 14,6 mil pessoas, sendo que está projetada a ETAR para ter um tratamento separado de efluentes domésticos e efluentes industriais e depois juntar os dois quando eles estiverem homogeneizados. Portanto, ficamos com uma infraestrutura que vai ter um custo. O custo de exploração, de acordo com os cálculos que lhe foram dados, sempre numa previsão de custos máximos porque a ETAR também está projetada no sentido de ser adaptada a proporcionalmente os custos aos efluentes que lá podem chegar, aos metros cúbicos, sendo inferiores, há, de facto, esse ajustamento relativamente aos custos, a todos os níveis sendo que a componente energética é um custo importante e que rondará os 50.000,00 euros/ano e a exploração da ETAR, conforme estava ali nas contas, rondará os 300.000,00 euros/ano o custo de funcionamento desta estrutura que tratará a Zona Industrial, como reafirma, um equivalente doméstico de 14,6 mil pessoas. Depois, com a construção desta infraestrutura, com a entrada em funcionamento da ETAR de Canas de Senhorim em que o Executivo está a fazer também um trabalho relativamente à separação entre as águas pluviais e o que é esgoto para tratar e também a projeção que o Executivo tem e que vai abrir no início de abril, uma call aberta para que seja completada a rede, quer de águas, quer de saneamento, portanto, o Executivo tem que também rapidamente ajustar os estudos que tem em curso no sentido de cobrir a outra malha, sejam as Freguesias, particularmente a Lapa do Lobo, Carvalho Redondo/Aguieira, Santar/Moreira, Vilar Seco e a Freguesia de Senhorim, com soluções diversificadas e também o que falta tratar da Freguesia de Canas de Senhorim, particularmente, da Ribeirinha e Vale de Madeiros. O Executivo tem que ver se consegue encaixar isso em termos de investimento. Na aprovação por parte do PO SEUR, o investimento elegível foi todo considerado na decisão da aprovação do PO SEUR. Foi feita uma reformulação forfetária a 75%, sem prejuízo de depois o estudo de viabilidade económica ser ajustado no sentido de serem considerados os 100%, mas para já nesta prioridade de investimento, fruto de um contencioso comunitário que existe para meios urbanos superiores a 2.000 habitantes, para avançar a obra imediatamente e porque ela também se conjuga com problemas ambientais que existem na Zona Industrial do Chão do Pisco, foi aprovada neste montante, para já, sem prejuízo, que o Executivo já pediu também



### Reunião de 29/02/2016

ao projetista da parte do estudo económico viabilidade económica e financeira para justificar o apoio a 100%. O prazo de execução da obra são 19 meses. Estavam na aprovação do projeto da ETAR de Nelas III e Sistema Intercetor, com estas alterações, que os Técnicos projetistas e que estão presentes na sala e que podem melhor esclarecer. Portanto, passava a palavra aos Senhores Vereadores relativamente a alguma dúvida e a algum esclarecimento relativamente a esta ETAR. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que primeiro queria congratular-se com esta obra até porque é uma obra do Governo PSD/CDS-PP, designadamente na pessoa do Senhor Vice-Primeiro Ministro de então, Dr. Paulo Portas. Portanto, era sinal que os políticos do PSD e do CDS não ignoraram o Concelho de Nelas, o que vinha acontecendo no passado por outras forças político/partidárias. Independentemente e não se recordava agora qual foi a sua posição de votação quando foi aprovado o projeto inicial, queria dizer ao Senhor Presidente que ia votar favoravelmente, mas coagido, e para que não surjam especulações, aliás como vem sendo hábito das suas posições políticas neste Órgão. Acha que foi a primeira vez que o Senhor Presidente da Câmara refere que o custo da manutenção desta infraestrutura chega aos 350.000,00 euros. Na sua modesta opinião pensa que será ultrapassado, mas já nos vem habituando quando é dívida, ele, Senhor Presidente, aumenta, quando é despesas que o Senhor Presidente contrai elas diminuem. Esta obra não era a obra que ele, Vereador Dr. Manuel Marques, faria enquanto político. Era a obra que já lhe fez chegar por escrito, o que é que ele, Vereador Dr. Marques, pretendia enquanto Autarca, enquanto responsável eleito pelo povo pretendia para o Concelho. O Senhor Presidente não quis saber. Portanto, passou ao lado, ou à margem da sua posição. No entanto, queria dizer ao Senhor Presidente, reafirmando o que disse há bocadinho, vai votar favoravelmente, coagido, para não ser linchado na praça pública que votou contra esta infraestrutura, inclusivé uma obra apadrinhada, digamos assim, cofinanciada, obviamente por fundos comunitários, mas com todo o esforço e toda a dedicação do então Senhor Vice-Primeiro Ministro Dr. Paulo Portas quando se deslocou duas vezes a este Concelho. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que não sabia se ajudava mas sem prejuízo, dirigindo-se ao Senhor Vereador Adelino Amaral, mas o estudo que ele, Senhor Presidente, tinha, fornecido pela empresa projetista, é que os 50.000,00 euros estão incluídos no custo que ele tinha fornecido ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques e que referenciou à Câmara, portanto, dava à volta de 300.000,00 euros, dá 24.966,00 euros/mês, o que dá, em termos médios, em termos de custo metro cúbico 47 cêntimos o metro cúbico e também considerado em termos de bacias, também está feito esse estudo económico/financeiro porque, como se lembravam, a Câmara, no regulamento do saneamento, no tarifário relativamente ao saneamento tem previsto que ele será ajustado em função da utilização por parte seja da bacia sul, da bacia de drenagem norte, ou da componente doméstica que terá a possibilidade em termos de chegada à ETAR e tratamento, de ter esta diversificação e, portanto, também está projetada a tarifa metro cúbico média é que é de 47 cêntimos o metro cúbico, sendo que a bacia sul, que é a da Zona Industrial do Chão do Pisco terá um custo de 70 cêntimos. A bacia norte, que também será o efluente da Zona Industrial 1, equivalente e o efluente doméstico, que representa 43% do efluente que está previsto chegar à ETAR, terá um custo de 17 cêntimos. Portanto, depois



#### Reunião de 29/02/2016

o tarifário não deixará de refletir também este esforço público. Portanto, o que se projeta, o que se prevê é, com este esclarecimento, este custo médio de metro cúbico de 47 cêntimos. ---  
---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral cumprimentou o Senhor Presidente, os Senhores Vereadores, os Senhores Técnicos e o Público presentes na sala. Afirmou que queria referir duas, ou três coisas muito simples sobre esta questão. Em primeiro lugar, a concretização deste projeto, aliás, na sequência da ETAR de Canas de Senhorim, portanto, são um contributo fundamental para resolver um problema ambiental que o Concelho herdou do Executivo anterior e referir que, de facto, o Executivo anterior nunca teve coragem, ou não soube, ou não quis, achava mais que não quis dar passo nenhum em direção da resolução do problema e sempre andou a esconder este problema, a camuflá-lo, a varrer para debaixo do tapete, dizendo que o mal vinha dos Executivos do PS que tinham deixado ficar a rede incompleta e em vez de, de facto, dar um contributo positivo para que o problema fosse resolvido. De facto, durante 8 anos assistiu ali permanentemente a desculpas e a acusações em relação aos Executivos do Partido Socialista, quando, de facto, hoje sabiam que havia possibilidades e havia soluções e este Executivo e o Senhor Presidente de Câmara encararam isso de frente e em boa hora tomaram a decisão estratégica e importante e fundamental para o Concelho de dar a volta a essa situação e resolver este problema. Portanto, só por isso justificaria o nosso voto favorável que, aliás, é claro. Apesar se haver algumas reservas que poderão entroncar num desconhecimento técnico destas matérias e numa incapacidade que ele, Vereador Adelino Amaral, tem pessoalmente de fazer essa avaliação, essas reservas prendem-se, fundamentalmente, com uma coisa que é lógica, que são as soluções para este tipo de infraestruturas deveriam, enfim, por princípio, respeitar aquilo que é a gravidade, portanto, deviam ser construídas em locais mais baixos, evitando a bombagem, evitando custos de bombagem e problemas técnicos daí derivados e a questão da dimensão também acarretará necessariamente custos de manutenção e problemas técnicos que seriam evitados com soluções mais pequenas e pontuais. Esta é uma reserva e é uma duvida que tem a ver mais com a sua falta de preparação e com a falta de conhecimento desta matéria mas que confia que os estudos técnicos que foram feitos e as soluções que foram adotadas poderão, de facto, ultrapassar estas reservas que ele, Vereador Adelino Amaral, à partida colocou e ainda mantém de alguma forma, reconhecendo, no entanto, e é também uma questão que ele acha importante, é que as Câmaras não se devem limitar a comprar terrenos e a terraplaná-los nalguns casos, para promover a instalação de indústria. Na sua ótica, faz parte também das infraestruturas que devem ficar à disposição dos potenciais empreendedores e empresários e industriais também uma rede de infraestruturas básicas que inclui também a possibilidade de tratamento de efluentes industriais, resíduos industriais e como tal esta solução parece-lhe que se enquadra também nesse espírito. Julga que soluções de dimensão menor não preencheriam essa lacuna. Por isso, ali também lhe parece bem a solução adotada, embora ela seja assumida mais como para resolver o problema que existe, de facto, numa das maiores empresas do Concelho, mas estará disponível para as outras empresas e isso também, na sua ótica, é importante que a Autarquia invista também numa rede, embora não vá tratar os efluentes das empresas mas depois de um tratamento primário, que pensa que é isso que estará previsto no caso da empresa Borgstena, depois de um tratamento primário feito pela empresa a rede receberá os efluentes e fará o resto do tratamento e, portanto, para isso teria que ser uma



## Reunião de 29/02/2016

solução deste tipo. Daí também a sua cedência, passava a expressão, em relação àquelas reservas que colocou. Uma outra questão tem a ver com aquilo que o Senhor Presidente disse, que é a continuação deste projeto até a rede estar completa. Percebemos que os problemas que as aldeias têm, muitas delas têm fossas que esgotaram a capacidade. Portanto, é fundamental continuar o investimento nessa área e resolver, de vez, este problema ambiental que o Concelho, repetia, herdou de um Executivo que assistiu passivamente à degradação das condições de vida das populações. Portanto, posto isto, com estas reservas que confiavam sejam ultrapassadas pelas soluções técnicas adotadas, naturalmente a sua posição é favorável a este projeto. -----

---- O Senhor Vice-Presidente, Dr. Alexandre João Simões Borges, cumprimentou todos os presentes, o Senhor Presidente, os Senhores Vereadores e os Técnicos e Público presentes na sala. Afirmou que só queria referir que, complementando aquilo que o Senhor Presidente também disse relativamente à percentagem de financiamento, era que foi considerada esta ETAR tendo em conta o estudo apresentado que foi considerada uma obra geradora de proveitos e portanto, esse estudo terá que ser reformulado para ver se em vez dos 63 qualquer coisa, 75, salvo o erro, por cento, podemos atingir então o máximo, os 100% de financiamento previsto, o que corresponderá então a 85% do valor da obra. Queria dizer que considera que a construção desta ETAR acaba por ser um marco histórico no Concelho, não tanto pelo valor envolvido, mas também poderia ser. O Senhor Presidente já referiu em diversas alturas, em diversos fóruns que, provavelmente será, em termos de valor absoluto, a obra maior feita no Concelho. Ele, Senhor Vice-Presidente, sinceramente, não sabe se será, ou não, mas acha que não é por isso que considera um dia histórico, mas sim pela importância que o funcionamento desta ETAR terá na qualidade de vida das populações do Concelho e não só do Concelho, também dos Concelhos limítrofes a jusante dos rios para onde drenam os efluentes produzidos em Nelas e, concretamente a questão do Chão do Pisco que é uma situação que se arrasta há bastante tempo e que será, com esta obra, resolvida. A própria ETAR, obviamente, e respondendo um pouco àquilo também o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques disse, todos eles, se calhar, teriam uma opção diferente para construir esta ETAR. O Senhor Presidente terá uma, ele, Senhor Vice-Presidente, terá outra ligeiramente diferente, a Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas terá outra, o Senhor Vereador Dr. Marques terá outra, todos eles teriam outra. Obviamente também considerando ele, Senhor Vice-Presidente, que todos tinham o intuito de quererem o melhor para o Concelho e resolver isto. Mas o que é certo é que, efetivamente, ao fim de dois anos este Executivo já tem uma ETAR pronta. Vai iniciar a construção de uma outra. Portanto, com todas as deficiências que qualquer obra terá depois de ser construída, porque, efetivamente, até a sua insatisfação constante de querer sempre mais os levará, concerteza, ao fim dela estar pronta, a dizer que, se calhar, podiam ter feito de outra forma, mas o que é certo é que a Câmara terá uma infraestrutura capaz de resolver um problema que se arrasta há muito tempo e ele, Senhor Vice-Presidente, volta a lembrar que o POVT e o antigo QREN de 2007 a 2013 teve fundos disponíveis em abundância para resolver questões deste género e outras que também precisam de ser resolvidas nomeadamente ao nível do abastecimento de água, portanto, neste momento, a Câmara terá uma infraestrutura capaz de resolver um dos maiores problemas ambientais do Concelho que, eventualmente, até pode pôr em causa a saúde pública a médio prazo e, portanto, era uma



Reunião de 29/02/2016

obrigação e, obviamente tendo em conta todas estas circunstâncias o Executivo não poderá de deixar de aprovar, ele julga que por unanimidade, o projeto, obviamente com reservas que todos terão, algumas mais lógicas, outras não. Já ali, no passado, foram referidas algumas questões e que foram dirimidas nomeadamente a questão do funcionamento e dos custos de funcionamento. A ETAR está prevista poder funcionar um bocadinho quase como um potenciómetro com mais capacidade, ou menos capacidade, o que também permitirá ajustar os custos de funcionamento à produção de efluentes que se verifica numa determinada altura. Portanto, ela terá que ser também por ela sustentável. Os regulamentos e os tarifários, os regulamentos da ERSAR assim o obrigam e é mais honesto do que varrer o problema para debaixo do tapete, ou então despejá-lo na Ribeira da Pantanha, ou na Ribeira de Travassos. Obviamente tudo tem custos e nós, se queremos ter um Concelho saudável e de que nos possamos orgulhar dele e sermos responsáveis termos, obviamente que gastar dinheiro para o ter e, portanto, era só isso que ele queria dizer e voltar a frisar que acha que a aprovação e a construção desta ETAR é, efetivamente, um momento muito importante e que permitirá ao Concelho até, portanto, que olhem para ele de outra forma e se calhar atrair mais investimento porque, efetivamente, é diferente de estarmos num Concelho que se preocupa e que pode dizer que se preocupa e apresentar isso como cartão-de-visita a empresas que se venham a instalar e também, obviamente, tendo em conta aquilo que o Senhor Vereador Adelino Amaral também disse do que termos um Concelho que não se preocupa com essa situação, oferece uns terrenos e, portanto, faz um bom trabalho nesse sentido mas que depois ignora que há consequências e que elas têm que ser tratadas. -----

--- O Senhor Presidente afirmou que, antes de passar a palavra ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, tinha a informação, se os Senhores Vereadores quisessem podia distribuir, pediu, em termos urbanísticos, informação interna ao Senhor Eng.º João Luis Almeida e, portanto, em que ele diz que, quer no sistema intercetor, quer na ETAR, *salvo melhor opinião, a presente informação prévia encontra-se em condições de ser aprovada*, portanto, nos dois, quer no sistema intercetor, quer na ETAR, também diz que não há obstáculos do ponto de vista urbanístico para ser aprovado. Se algum dos Senhores Vereadores quiser a informação também consta do processo. Queria reafirmar o que o Senhor Vereador Adelino Amaral disse, e, portanto, não basta nós termos uma tradição industrial e termos um benefício industrial decorrente das empresas, ele, Senhor Presidente, acha que também é responsabilidade municipal dar condições a que essas empresas depois tenham a jusante uma infraestrutura coletiva que permita tratar efluentes de natureza industrial pré-tratado. Relembra que os industriais puros não têm, sequer, financiamento comunitário e é também um motivo de atratividade para o investimento para o Município de Nelas saberem que existe uma grande ETAR construída no sentido de tratar os seus efluentes. O Executivo tem tido contactos com empresas, particularmente estrangeiras, que são muito sensíveis a esta questão ambiental e uma das coisas que questionam logo é do ponto de vista ambiental como é que as coisas estão tratadas em termos locais e em termos de infraestruturas. Portanto, como todos os Senhores Vereadores sabiam também isto é uma solução, o Executivo já teve aprovada uma ETAR em Nelas para reformular a ETAR III e inicialmente era para reformular a ETAR I de Nelas e também com financiamento aprovado, com concurso lançado e depois, no sentido de alargar o tratamento, quer aos domésticos de toda a Freguesia, quer das zonas industriais, foi possível



### Reunião de 29/02/2016

negociar com o Governo anterior e com o Ministério do Ambiente uma solução mais alargada. Esta solução técnica tem o parecer favorável da APA. Portanto, há um parecer, foi pedido um parecer à Agência Portuguesa do Ambiente, que validou esta solução técnica. Portanto, não há maior garantia do ponto de vista técnico e do funcionamento do que este parecer. Também para tranquilizar os Senhores Vereadores queria dar esta informação, que é o ponto que vem a seguir, mas o Executivo não era obrigado a fazer uma revisão do projeto apesar de estar previsto no Código dos Contratos Públicos, a revisão do projeto. Há depois um Decreto-Lei que isenta os Municípios de fazer essa revisão. O Executivo contratou uma empresa, CTGA, que é uma empresa que lida, particularmente com as ETAR,s ali da região de Leiria, e também da região de Leiria falava desta realidade por causa dos problemas que tem a ver com as suiniculturas. Portanto, o Executivo não ficou meramente por uma revisão de uma empresa de outra proposta. O Executivo privilegiou essa, particularmente para validar o Executivo, ou para verificar se a solução técnica que estava a ser apresentada de dois tratamentos era a adequada. Queria dizer também que o Executivo já apanhou, entretanto, processos anteriores de incumprimento por parte da Câmara, coimas, que são sempre de valor não inferior a 40.000,00 euros. O Executivo já tem 2, ou 3. Já tem uma para pagar e, portanto, uma decisão definitiva de 40.000,00 euros para pagar e, portanto, não é uma questão de querer, o Executivo é mesmo obrigado a resolver estes problemas ambientais. Queria dizer também que a Câmara hoje já tem previsto no seu tarifário e já manda na fatura da água das pessoas um custo de saneamento que não tem. O Município de Nelas anda a receber, há anos, mais de 300.000,00 euros que imputa em termos de saneamento de ETAR,s que não funcionam há anos. Portanto, a Câmara de Nelas anda há anos a receber mais de 300.000,00 euros como custo que depois de sair da casa das pessoas o Executivo não está a tratar, não obstante está a imputar esse custo na fatura da água. Portanto, ele, Senhor Presidente, acha que em termos de responsabilidade coletiva o Executivo tem iluminação pública, é um custo para a Autarquia termos a iluminação em baixa concessionada, recebe uma renda. É uma obrigação da Câmara ter obrigação pública. É obrigação da Câmara ter um sistema eficaz de abastecimento de água, portanto, compra água e vende água com qualidade. Tem obrigação também de ter o tratamento do saneamento. De acordo com as regras da ERSAR tem que ser sustentável e, portanto, depois far-se-á o estudo relativamente à sustentabilidade deste sistema todo a funcionar e o que ele, Senhor Presidente, prevê, estando a ETAR de Canas de Senhorim a funcionar, as ETAR,s que já estão a funcionar, do Folhadal, da Felgueira, Moreira de Baixo, da Urgeiriça, estando esta ETAR de Nelas a funcionar, estando as ETAR,s das Freguesias a funcionar, depois o custo de funcionamento deste conjunto de ETAR,s há-de ser, seguramente, de valor superior a 500.000,00 euros, 600.000,00 euros, que depois em termos de sustentabilidade de sistema será refletido em termos de gestão interna da Câmara, mas é um custo e a Câmara existe para isso. É uma obrigação legal da Câmara. A Câmara tem que tratar os seus efluentes, quer domésticos, quer industriais pré-tratados. Portanto, tem que validar isso. A questão que ele, Senhor Presidente, também pediu e que é a questão das bacias e da gravidade, a solução que foi possível adotar para esta solução concreta neste momento histórico preciso é que tinha que ser esta solução. Não podia ser uma solução exclusiva para a Zona Industrial 1, de Nelas, uma solução exclusiva para a Zona Industrial do Chão do Pisco e uma solução exclusiva para a Freguesia. Neste momento não podia ser, tinha que ser mesmo



## Reunião de 29/02/2016

uma solução integrada que conseguisse obter financiamento, de acordo com a regulamentação própria que existe. Não teria, para já, financiamento, se fosse uma solução separada, se não fosse integrada porque ele, Senhor Presidente, seria o primeiro a não deixar custo de funcionamento para o futuro. Não tinha gosto nenhum nisso, mas também pediu um estudo comparado à mesma empresa e o custo energético neste custo de funcionamento que já é o mais elevado possível separado por natureza e origem de efluentes, tem um custo energético que lhe parece sustentável e que é 1/6 do custo total da ETAR, que é o custo energético a rondar os 50.000,00 euros, com aproveitamento das tarifas mais favoráveis naturalmente. Do ponto de vista do projeto de eletricidade também estão a ser colocadas todas essas questões. Que se note que da sua parte também concordando com todas as reservas e alternativas que se poderiam colocar, mas neste momento histórico, da maneira como as coisas foram negociadas, a solução que foi possível arranjar, não havia alternativa e, portanto, não foi colocada alternativa ao Executivo em termos de solução técnica por um lado e em termos de tempo por outro e em termos de financiamento comunitário porque estavam a falar de uma obra de mais de 4 milhões de euros que era impossível sustentar em termos de Orçamento Municipal. Portanto, a Câmara fica com uma solução que depois tem que, naturalmente, quem polui a origem do efluente em termos de sustentabilidade do sistema. Quem nos dera que a empresa Borgstena, fruto do upgrade que está a fazer na ETAR, no futuro necessite de um menor tratamento de carga orgânica da ETAR da Câmara e ele, Senhor Presidente, também reduzirá os custos em conformidade porque há muito custo de funcionamento para além do custo energético, estava a falar de 50.000,00 euros para 300.000,00 euros, há muito custo de funcionamento, de produtos químicos, de acompanhamento, de análises, de Pessoal, tudo isso dentro da própria ETAR, serão dessa natureza diminuídas. Sabia também, o Executivo tem acompanhado isso, que a empresa Borgstena está a fazer neste momento um investimento de 600.000,00 euros no sentido de cumprir a licença provisória que a Câmara Municipal tem até abril de 2017 e está a fazer um investimento no sentido de diminuir a carga poluente à saída da ETAR e no sentido de todos os fatores, 4, ou 5 parâmetros que o Executivo tem acompanhado em reuniões mensais e feito relatório para a própria APA e para outras entidades incluindo as entidades judiciais que têm pedido ao Executivo os relatórios. Os parâmetros estão todos já alcançados em termos da licença provisória. O único que não está é o CQO, que é 500 o máximo mas tem apresentado valores em análises de 24 horas, de 650, 700, à volta desses valores. -----

---- O Senhor Vice-Presidente, Dr. Alexandre João Simões Borges, afirmou que há pouco se tinha esquecido de referir que, além da construção e daquilo que tinham falado da solução dos problemas ambientais e de parte dos problemas ambientais, isto também com alguma sorte e à semelhança daquilo que o Executivo já fez na ETAR de Canas de Senhorim, a questão do sistema intercetor também irá permitir ao Executivo fazer alguma reabilitação de algumas vias onde irá passar também o referido sistema e, portanto, além dos problemas ambientais também esta obra irá ajudar a resolver outros problemas nomeadamente pavimentação de algumas vias. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques agradeceu, mais uma vez, ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que, quer o Senhor Vereador Adelino Amaral, quer o Senhor Vice-Presidente da Câmara, disseram que o anterior





### Reunião de 29/02/2016

Executivo varreu o assunto para debaixo do tapete. Foi exatamente esta expressão que eles afirmaram. Perguntava aos dois Senhores, até porque têm responsabilidade do Partido Socialista se conheciam o nome de Lurdes Pássaro e se conhecem o nome de Eng.º Diogo. Certamente conhecerão. São pessoas do Partido Socialista, uma foi Ministra do Ambiente e outro foi Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva. E queria dizer aos dois Senhores que no tempo do Executivo liderado pela Senhora Dr.ª Isaura Pedro foi feito um documento que foi apelidado de DEE, que fez um estudo de candidatura para todo o Concelho de Nelas sobre saneamento e água. Estudo que foi apresentado pelo próprio Eng.º Diogo e convenhamos que não houve aqui amiguismo porque até era do Partido Socialista e o anterior Executivo era da Coligação PSD/CDS. Esse mesmo estudo foi apresentado em candidatura ao Ministério do Ambiente e se memória não o atraiçoa, mas há aí pessoas responsáveis dessas Divisões, o Ministério do Ambiente informou a Câmara que só financiaria 5% do valor da obra. Perguntava, como é que 2 milhões de euros de investimento, ou 3 milhões de euros de investimento para o Concelho, como é que a Câmara, com o seu Orçamento próprio podia financiar esta obra? Portanto, se lhe permitissem trata-los por caros amigos, não foi a Senhora Dr.ª Isaura Pedro, não foi o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, não foi o Senhor Vereador Dr. Jorge David, não foi a Senhora Vereadora Maria Antónia, que lançaram isto para debaixo do tapete. Se alguém lançou, com responsabilidades, para debaixo do tapete, foi o Governo do Partido Socialista, designadamente a Senhora Ministra de então, Lurdes Pássaro, como responsável do Ambiente. Portanto, dirigindo-se aos referidos Senhores, afirmou que achava que deviam acabar de vez com esse slogan de deitar para debaixo do tapete porque não era verdade o que aconteceu no Município de Nelas. Isso é uma pura falsidade. Agora, de facto, é uma obra que a todos os orgulha, obviamente que sim. Com melhor estratégia, com melhor opinião, com melhor localização, com melhor construção, todos eles podiam pôr em dúvida. Só houve uma pessoa que não pôs em dúvida. Essa pessoa chamou-se Dr. Paulo Portas porque se não fosse o Senhor Dr. Paulo Portas nas suas visitas que fez ao Concelho de Nelas foi ele que in loco verificou o desastre ambiental que se estava a passar na empresa Borgstena. Aliás, como foi recebido pela própria empresa Borgstena. Ele, Vereador Dr. Marques, sabia que isso doeu, se calhar ao Partido Socialista o Senhor Dr. Paulo Portas vir a Nelas e ter assumido o compromisso do financiamento desta ETAR porque conviessem e fossem claros, se o Senhor Dr. Paulo Portas, ou o Governo de então do PSD e do CDS tivesse apenas oferecido 5% para a construção desta obra, claramente que hoje não estariam ali a discutir a sua aprovação. Que não tivessem dúvidas que a Câmara Municipal não tinha condições financeiras para fazer esta obra. Portanto, isto deve-se não ao Executivo Camarário porque não tinha condições para o fazer. Poderá dever-se ao Senhor Presidente da Câmara por ter convidado o Senhor Dr. Paulo Portas a vir a Nelas. Ainda admitia isso. Agora, a Câmara, a expensas suas, não tinha condições para fazer esta obra. Aliás, como aconteceu no passado porque quando o anterior Executivo apresentou este projeto e ele está aí, está em várias pastas e em vários caixotes nos Serviços Municipais. É fácil lá ir busca-lo e é fácil ver a proposta apresentada no Ministério do Ambiente por ele Vereador Dr. Marques, ou melhor, corrigia, pela Senhora Dr.ª Isaura Pedro e ele acompanhando-a e há provas disso numa reunião que fizeram duas vezes com a Senhora Ministra de então, uma até que nem lhes queria marcar audiência. Interveio nesta matéria o Senhor Presidente da Câmara de Oliveira do Hospital,



### Reunião de 29/02/2016

Professor José Carlos Alexandrino, que lhe solicitou, é pá, atenda lá as pessoas, são minhas amigas. Queria dizer que apenas lhe davam 5%. Ele, Vereador Dr. Marques, pergunta se esta obra que hoje estavam ali a aprovar, com 5%, tinha condições de ser executada pela Câmara Municipal? Esta era uma das dúvidas que ele perguntava. Outra questão também, dirigindo-se ao Senhor Presidente, que tinha dito há bocadinho na sua intervenção, que a Câmara Municipal estava a cobrar de saneamento básico, que não prestava, um valor de quase 300.000,00 euros. Foi esse valor que referiu? Perguntava ao Senhor Presidente, ou pelo menos que ele conclua o seguinte, são os custos desta ETAR que hoje estavam ali a aprovar, e iam aprová-la certamente por unanimidade. Como disse, votará favoravelmente este projeto até porque ela também é apadrinhada pelo ainda Presidente do seu Partido. Perguntava ao Senhor Presidente se podia concluir que, considerando que o povo do Concelho de Nelas, os utilizadores do Concelho de Nelas pagam já estes 300.000,00 euros de um serviço que não é servido, pergunta se estes 300.000,00 euros que agora vêm da manutenção desta obra, não é cobrado nada aos Municípios porque já estão a pagar uma coisa de que não são servidos. Portanto, leva-o a concluir e era isso que perguntava se podia, efetivamente, concluir se estes 300.000,00 euros da nova infraestrutura de saneamento básico deixa de ser cobrado aos utilizadores porquanto eles vêm a pagá-lo sem lhe ser servido. Reserva-se o direito depois de supervenientemente fazer outra intervenção.-----

---- A Senhora Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves cumprimentou todos os presentes. Afirmou que pedia desculpa mas hoje tinha impreterivelmente que sair da reunião às onze horas e como ela estava a ver que a discussão do ponto ainda vai dar pano para mangas, não era possível deixar consignado seu voto e teria mesmo que fazer a votação. É? Então, se fosse possível, queria deixar que ficasse já consignado em ata, portanto, o seu voto favorável e não queria também deixar de dizer que acha que é um marco muito importante para o Concelho. Queria também acrescentar que partilha das reservas do Senhor Vereador Adelino Amaral. No entanto, não podia deixar de votar favoravelmente como era óbvio. Pedia desculpa mas tinha mesmo que sair.-----

---- O Senhor Presidente afirmou que queria dizer ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques o seguinte, a Senhora Ministra não era Lurdes, era Dulce, Dulce Pássaro, já foi ver à Internet. É Dulce e tem falado com o Executivo por causa daquela questão daquele buraco quando se vai para Seia, no cimo da Avenida António Joaquim Henriques, ela é que tem negociado com o Executivo juntamente com outros familiares uma obra, que está combinado, começa na próxima quarta-feira. Depois, queria dizer, de facto, expressar esta realidade. O que lhe foi sempre dito na Secretaria de Estado do Ambiente e também no POVT é que sempre houve financiamento. Numa fase inicial era 70%, depois foi alterado para 85%, em termos de apoio à construção de ETAR,s, foi sempre isso que foi referenciado. E, de facto, a primeira condição, quando ele, Senhor Presidente, teve uma primeira reunião com o Senhor Secretário de Estado do Ambiente, curiosamente foi o primeiro a visitar o Município de Nelas no âmbito da questão da Barragem de Girabolhos, foi quando, ele, Senhor Presidente, teve a reunião na Secretaria de Estado, foi a Câmara de Nelas tem lá o financiamento próprio para poder imediatamente lançar um aviso sobre a Câmara de Nelas? E convenhamos que dos números que os Senhores Membros da Câmara conhecem dos últimos 4 anos, pelo menos desses, do período de 2009 a 2013, a Câmara de Nelas não tinha condições financeiras próprias, com a



### Reunião de 29/02/2016

dívida a fornecedores, pagamentos em atraso e etc., para sequer abalançar-se a este tipo de obras. Era o que lhe parecia da análise dos números que são públicos e estão nas Prestações de Contas. Depois, queria dizer também que o Senhor Vereador Dr. Marques podia pôr o Senhor Presidente da Câmara naquilo, mas o Senhor Dr. Paulo Portas já era Ministro desde 2011. Portanto, desde 2011 o Senhor Dr. Paulo Portas era Ministro também do Governo e o Governo PSD/CDS que sucedeu ao Governo Sócrates era desde 2011. Portanto houve, conjugaram-se ali, ele, Senhor Presidente, já o afirmou também, até em nota de imprensa emitida pela Câmara Municipal, era evidente que houve da parte do Governo PSD/CDS sempre um bom relacionamento com a Câmara de Nelas, particularmente nesta área quer do ambiente, quer na área industrial e, portanto, o Senhor Dr. Paulo Portas veio inaugurar a empresa Aquinos, veio depois também fazer uma pré-inauguração de um investimento da empresa LusoFinsa e foi por insistência do Executivo da Câmara, sua, que ele, Senhor Presidente, para o envolver na questão do problema da empresa Borgstena, que preocupava toda a gente, fruto dos investimentos que também estavam a ser feitos lá, que ele, e tinha que o reconhecer que, de forma corajosa, porque podia à entrada da porta uma manifestação, ele, Senhor Dr. Paulo Portas, disse que queria ir mesmo comprometer-se com a resolução do problema da empresa Borgstena e deu, nesse aspeto, juntamente com a Secretaria de Estado do Ambiente, um grande impulso. Portanto, confirmava que da parte deste Executivo e da Câmara a que ele, Senhor Presidente, preside, eleita pelo Partido Socialista, foi posto como compromisso, até como compromisso eleitoral, a questão prioritária da resolução desta questão ambiental que tem a ver com as ETAR,s e com a estação de tratamento de saneamento.-----

---- O Senhor Vice-Presidente, Dr. Alexandre João Simões Borges, dirigindo-se ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, afirmou que primeiro o deixasse dizer que não o impedisse de sorrir nas reuniões de Câmara, nem sequer se estava a rir. Até lhe fez porque ficou uma pessoa mais delgada e assim escusa de correr. Já ouviu várias vezes dizer ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques que, efetivamente, ainda não o ouviu foi dizer que, o Senhor Vereador Dr. Marques diz e é verdade que o anterior Executivo fez o DEE, depois deixou de ser exigível mas isso a culpa não era da Câmara, mas, efetivamente, o que ele, Senhor Vice-Presidente, não vê dizer ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques era porque é que o financiamento era só de 5% e ele, Senhor Vice-Presidente, também gostava de ouvir da boca do Senhor Vereador Dr. Manuel Marques porque é que o financiamento não foi de 70%, ou de 85% e porque é que era de 5%. Isso é que ele gostava de saber, que era para verem, porque também não estava a ver o Governo, até porque isso é decidido pelo Gestor do POVT, ou pela Comissão Diretiva do POVT, porque é que não foi 70% e foi 5% e não estava a dizer que isso que é mentira. O que ele gostava de saber era porquê. Relativamente aos méritos da aprovação desta e de outras candidaturas o que ele, Senhor Vice-Presidente, também não sabia, obviamente o anterior Senhor Vice-Primeiro Ministro, Dr. Paulo Portas, terá tido alguns méritos, como era óbvio, como teve a Câmara, como tiveram os Técnicos que elaboraram as candidaturas e toda a gente que teve influência, ele não sabia se terá a ver com o facto do Senhor Dr. Paulo Portas querer águas mais translúcidas para navegar com os seus submarinos, ou, se calhar, foram obrigados, pediu ao Senhor Vereador Dr. Marques, para o deixar continuar, não sabia se terá a ver com isso, ou se terá a ver com aquilo que o Senhor



### Reunião de 29/02/2016

Presidente já referiu do contencioso comunitário. Nós temos, salvo o erro, cinquenta e tal ETAR,s em incumprimento e, portanto, foi preciso arranjar soluções. Ele, Senhor Vice-Presidente, também agradece à Comissão Europeia e aos contribuintes alemães e aos franceses e a todos os que contribuem para o Orçamento Comunitário. Efetivamente, o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques estava ali a dar um relevo tão grande ao Presidente do seu Partido. Ele, Senhor Vice-Presidente, acha que toda a gente que contribui para as soluções, obviamente, deve ser reconhecido. Agora não convém é exacerbar. Pediu ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques para o deixar acabar e para lhe fazer o favor de sorrir um bocadinho que ele, Senhor Vice-Presidente, depois também se ri. Obviamente que o contencioso comunitário obrigou a que as soluções fossem encontradas e aprovadas. Portanto, nós quando estamos contra a parede também temos que fazer as coisas de forma mais célere. - ---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques tocou num ponto que tem a ver com os custos de manutenção do sistema e isso tudo. Era evidente que no futuro e nós temos que ter à partida disponibilidade para encarar estas questões também de frente. Ele, Vereador Adelino Amaral, pessoalmente, está disponível para, no futuro, assim que se saiba quais são os custos de manutenção de todo este sistema e do sistema da rede de saneamento de todo o Concelho. Acha que a Câmara devia fazer nessa altura um estudo e uma revisão na questão das tabelas e das taxas de água, de saneamento e resíduos sólidos. Acha que justifica-se na altura e ele tem essa disponibilidade, têm que ter à partida essa disponibilidade e coragem para, eventualmente, fazer aquilo que as pessoas vão rotular de aumento de taxas porque é óbvio que pode acontecer isso. Mas também pode acontecer que se reduza, por exemplo, a água e reduza-se os resíduos. Portanto, o que ele, Vereador Adelino Amaral, defende é que na altura própria e pensa que logo que o sistema comece a funcionar, não diz em pleno, a Câmara deve fazer isso. Acha que é importante que à partida a gente também não ande a esconder este assunto, à, isso depois logo se vê. Não, à partida devemos dizer às pessoas, não, isto é evidente que vai ter custos, o que é que vai acontecer? Vamos tornar a estrutura de custos transparente. A água custa tanto. A recolha de resíduos custa tanto. O saneamento custa tanto. Vamos rever essa questão. Não obstante a possibilidade que o Senhor Presidente da Câmara também aponta, é evidente que a Câmara também tem como função prestar serviço à Comunidade. Portanto, se o sistema também der algum prejuízo é uma questão também depois de analisar e isso é uma questão política também que a Câmara, na altura, terá que tomar. Em relação às desculpas, porque na sua ótica, isso são mais desculpas do que justificações, que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques vai apresentando em relação à inoperância do Executivo anterior nesta matéria, é fácil vir agora dizer que a culpa foi do Governo Socialista que cessou funções há 6 anos. É fácil dizer isso. Assim como foi fácil, durante 8 anos, dizer que a culpa era dos Executivos Camarários do Partido Socialista que também já tinham cessado funções também há meia dúzia de anos. É fácil dizer isso. É fácil também andar meia dúzia de anos a justificar isso, sem dar um passo, sem fazer nada para resolver o problema porque uma Câmara que a gente sabe que não tinha dinheiro nem para aquilo que ele costuma dizer, papel de fotocópia, não podia, ou melhor, corrigia, bastaria  $\frac{1}{3}$  do valor do último empréstimo que o Executivo anterior fez para construir esta ETAR. Isto é uma coisa que parece caricata. Como é que uma Câmara que não tinha dinheiro para fazer uma candidatura poderia a suas expensas, sem nenhum



## Reunião de 29/02/2016

financiamento externo poderia ter feito esta obra e bastava-lhe para isso que aplicasse  $\frac{1}{3}$  do valor do último empréstimo. Foram os tais 9 milhões de euros, e bastava ter deslocado para esta obra  $\frac{1}{3}$  desse valor e ter resolvido o problema. Ele, Vereador Adelino Amaral, também acha que se o Senhor Dr. Paulo Portas tem mérito neste processo há que reconhecê-lo, não tem problema nenhum, não tem problema nenhum reconhecer que o Senhor Dr. Paulo Portas tem mérito. Ele, Vereador Adelino Amaral, sinceramente, não participou nas visitas mas acredita perfeitamente que se o Senhor Presidente de Câmara diz que o mérito também é do Senhor Dr. Paulo Portas, que seja do Senhor Dr. Paulo Portas e o Concelho e o Município estar-lhe-ão gratos por isso, embora ele não tenha feito mais que o seu dever que é resolver o problema das populações enquanto governante. Agora, há ali uma questão que ele, Vereador Adelino Amaral, não percebe. É que o Governo PS cessou funções em 2011 e o Executivo PSD/CDS na Câmara de Nelas cessou funções em 2013. Entre 2011 e 2013, parecia-lhe a ele que houve um Governo PSD/CDS na Nação. Portanto, coabitou um Governo PSD/CDS com uma Câmara PSD/CDS em dois anos e poderiam ter aproveitado, de facto, as sinergias políticas, daí derivadas para resolver este problema. Ele, Vereador Adelino Amaral, também muito sinceramente já desconfia, assim como desconfiou do tal DEE, que foi apresentado com grande pompa e circunstância durante uma campanha eleitoral, no auge de uma campanha eleitoral, tanto é que ele não esteve nessa Assembleia porque estava num comício da sua candidatura em Vilar Seco no mesmo dia, portanto foi no auge da campanha eleitoral que foi apresentado um documento estratégico que pelos vistos não passou do papel. Ele, sinceramente, já está habituado e desconfia das promessas que os Executivos do PSD, quer seja no Governo, quer seja na Câmara fazem nos períodos pré-eleitorais e aqui tinha que dizer, mas ali naquele caso concreto ele tinha que dizer que ainda bem que o PSD fez esta promessa no período pré-eleitoral, ainda bem que o PSD se comprometeu e que o Senhor DR. Paulo Portas se comprometeu num período pré-eleitoral porque ainda bem que a seguir o Governo que saiu das eleições que houve em outubro foi um Governo PS que, concerteza, vai cumprir aquilo que foi prometido pelo PSD. Ainda bem que o PSD se comprometeu e que o PSD saiu do Governo porque se o PSD, com promessas eleitorais, a continuar no Governo, esta obra não era feita garantidamente porque é essa a prática e é esse o ADN do PSD e da Coligação PSD/CDS, que é prometerem coisas na campanha e não as fazerem quando estão no Governo. Perguntou se queriam mais exemplos. Queriam que falasse nas autoestradas e na rede viária. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Cumprimentou todos os presentes. Afirmou que passada uma hora a discutir este ponto, achava que para já estavam todos por unanimidade para votar o ponto, achava que não havia dúvida. Já arranjaram também a mãe do projeto, que é a Câmara Municipal de Nelas, pois pode haver muitos, há o Senhor Dr. Paulo Portas, há o Executivo anterior, há muitos. Pedia, por favor, para votarem o projeto porque acha que não estavam ali a adiantar nada. O que estava em causa ali são os custos de funcionamento e era verdade, foi ali alertado logo no início dessa situação. Concordo com o que disse agora o Senhor Vereador Adelino Amaral, depois no futuro, tinham que analisar bem como é que vão fazer em relação a estes custos, se a Câmara tem capacidade sem fazer mais nada, ou se têm que retificar as tabelas das taxas dos pontos em que focou. Acha que estavam todos de acordo, que era



Reunião de 29/02/2016

necessário para o Município de Nelas e nem podiam ali estar a alterar mais nada. Se tinham essa possibilidade fazem então a ETAR e votam. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os projetos da ETAR de Nelas III e Sistema Intercetor, com as alterações que lhe foram introduzidas. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que o Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques apresentará, querendo, no prazo de 5 dias, como o Regimento da Câmara permite, a sua declaração de voto. -----

---- Por razões profissionais inadiáveis, saiu da reunião a Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves.-----

**(56/20160229)2. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DOS PROJETOS DE REVISÃO DO PROJETO DA ETAR DE NELAS III E SISTEMA INTERCETOR E/OU DAS RESPOSTAS CONSTANTES DO RELATÓRIO DOS PROJETISTAS**

---- O Senhor Presidente afirmou que queria reafirmar aos Senhores Vereadores que não era necessário fazer a revisão do projeto. Mesmo assim foram consultadas duas empresas cujo caderno de contratação também estava ali disponível. Foram contactadas duas empresas para fazer a revisão Foi feita uma proposta pela empresa CTGA e outra foi a empresa PROMA, que é a empresa que estava a fazer a fiscalização da ETAR de Canas de Senhorim. Portanto, preço por preço 22.000,00 euros, foi escolhida precisamente essa empresa que tem maior experiência na área da poluição industrial, ou associada a exploração agrícola e industrial, no sentido de fazer. Portanto, resulta do projeto também, resulta da revisão que a empresa apresentou que a solução técnica em rigor, com alguns ajustamentos que os projetistas também no seu relatório dizem considerar. Portanto, algumas especificações técnicas, que serão, a maior parte delas, em fase de licenciamento ajustadas, que aceitam a maior parte das sugestões que consideram pertinentes mas que, no essencial, acha que são as duas coisas conjugadas. Portanto, a proposta concreta que ele, Senhor Presidente, propunha, porque está em alternativa, ou aprovarem a revisão e/ou as respostas constantes do Relatório dos Projetistas, propunha aprovar as duas coisas, portanto, aprovar o projeto de revisão. Como as respostas contêm a revisão, aprovam as respostas. Isto tem que ser assim para efeitos de responsabilidade futura relativamente aos trabalhos a mais e essas coisas. Portanto, ele, Senhor Presidente, propunha que se aprovassem as respostas constantes do Relatório dos Projetistas, que também os obriga como empresa, os projetistas que fazem parte a seguir, como se irá ver, a aprovação dos procedimentos, também fazem parte do júri e do concurso juntamente com outras entidades. Questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha alguma dúvida relativamente ao projeto de Revisão dos Projetos da ETAR de Nelas III e Sistema Intercetor. Reafirmou aquela questão, não era obrigatório, atenta a flexibilidade legal de fazer uma revisão do projeto. O Executivo, havendo essa possibilidade, fizeram-na para que a solução técnica fosse devidamente validada, e para evitar também, digamos, algumas das não conformidades que aconteceram na ETAR de Canas de Senhorim, que depois obrigou o Executivo a fazer, não estava previsto a automação, tiveram que a meter e etc. Portanto, o Executivo tem duas empresas a validar aquilo. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, perante os projetos de Revisão dos Projetos da ETAR de Nelas III e Sistema Intercetor, aprovar as respostas constantes do Relatório dos Projetistas. -----



Reunião de 29/02/2016

---- O Senhor Presidente afirmou que tudo aquilo são custos que serão levados em consideração como financiáveis no âmbito do projeto.-----

**(57/20160229)3. APROVAÇÃO DO MAPA DE QUANTIDADES ADAPTADO ÀS EVENTUAIS ALTERAÇÕES DECORRENTES DA DELIBERAÇÃO DO PONTO ANTECEDENTE**

---- O Senhor Presidente afirmou que este ponto fica prejudicado, ou aprova-se o mapa de quantidades adaptada, que já iam ver depois no Caderno de Encargos se era necessário ajustar o valor que foi enviado para os Senhores Vereadores. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, dar sem efeitos o presente ponto, uma vez que da deliberação do ponto antecedente, não houve lugar a quaisquer alterações. -----

**(58/20160229)4. APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO DE ABERTURA DOS PROCEDIMENTOS DA CONSTRUÇÃO DA ETAR DE NELAS III E DO SISTEMA INTERCETOR**

---- O Senhor Presidente afirmou que era a aprovação da proposta de deliberação de abertura de dois procedimentos. Era o procedimento da construção da ETAR de Nelas III e do Sistema intercetor, que são dois procedimentos diferentes, que serão lançados na Plataforma como empreitadas autónomas. Relativamente aos documentos que foram enviados para os Senhores Vereadores estava previsto um valor. Como feito feita a reunião na quarta-feira à tarde, ele, Senhor Presidente, não sabia se era necessário ajustar o valor da empreitada, ou se o preço base para a construção. Ora, o preço de 1.600.000,00 euros do Sistema Intercetor, esse está ajustado. Depois, no concurso para a ETAR o prazo para apresentação das propostas são 22 dias a partir da publicação no Diário da República. As minutas seguiram as normas em termos legais que existem. Seja como for, a Jurista Dr.<sup>a</sup> Marta Bilhota validou também, quer este programa do concurso, quer o caderno de encargos, portanto o preço base é 2.600.000,00 euros, sendo que está previsto também, fazia essa nota também, no sentido do Executivo conseguir melhor e ser mais exigentes relativamente aos concorrentes a estas empreitadas. O Executivo considerou preço anormalmente baixo aquele que seja inferior a 80% do valor do preço base. A prerrogativa legal permite ao Executivo que seja considerado preço anormalmente baixo aquele que seja até 40% do preço base. O Executivo baixou essa fasquia para 20% no sentido de permitir que não haja um esmagamento muito exagerado de preço que depois coloque ao Executivo dificuldades em termos de execução da empreitada e, portanto, quer mesmo que a empreitada decorra nos 19 meses que estão ali projetados, naturalmente também depois, eventualmente, de acordo com a lei ajustável em função daquilo que for decorrendo. Mas era essa a nota também e esperava que os Senhores Vereadores concordassem com esta exigência para não haver empresas, como aconteceu no caso antecedente, na ETAR de Canas de Senhorim, em que, de facto, apareceu no limite dos 60% do valor da empreitada e, apesar disso, foi um ai, ai, ai. Também o prazo de execução era apertadíssimo e, portanto, ali o Executivo aumenta a garantia de que haverá empresas com mais pulmão financeiro e capacidade técnica e capacidade a todos os níveis para concorrer a estas duas grandes empreitadas, uma do sistema intercetor e uma da ETAR III. Portanto, tudo aquilo também, ele, Senhor Presidente, queria dizer que foram valores estimados em termos máximos. Pode decorrer depois do concurso cujo júri também estava ali identificado e,



Reunião de 29/02/2016

portanto, passa pela Senhora Eng.<sup>a</sup> Susana, pela Senhora Eng.<sup>a</sup> Inês, pelos quadros técnicos da Câmara e também pelos projetistas. Depois virá à reunião de Câmara também a aprovação da proposta ganhadora e seguirá todos estes procedimentos. Portanto, também está previsto no caderno de encargos, assegurou-se isso, as propostas de preço anormalmente baixo podem ser liminarmente excluídas.-----

---- A Senhora Eng.<sup>a</sup> Susana Abrantes prestou alguns esclarecimentos. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que o Executivo pode não aceitar a justificação. Mas estando previsto no projeto é uma faculdade que o Executivo tem de não aceitar o preço inferior a 80% do valor base. Perguntou aos Senhores Vereadores se tinham alguma dúvida em relação aos documentos que habilitam a Câmara a lançar estas duas empreitadas. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, aprovar a abertura dos procedimentos para a construção da ETAR de Nelas III e do Sistema interceptor. -----

**(59/20160229)5. DELIBERAR CONCEDER AO PRESIDENTE DA CÂMARA OS PODERES PARA REPRESENTAR A CÂMARA MUNICIPAL NA PLATAFORMA ELETRÓNICA DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA – APROVAÇÃO**

---- O Senhor Presidente afirmou que por uma razão técnica também, que os Serviços, se for necessário, esclarecerão, mas a explicação que lhe foi dada é que o Órgão Câmara Municipal não tem autonomia formal junto da Plataforma para abrir um procedimento com esta natureza e deste montante financeiro. Tem o Presidente da Câmara porque decorre lá na plataforma mas nos valores que lhe estão atribuídos em termos de empreitadas e, portanto, é necessário deliberar que a Câmara concede ao Presidente da Câmara os poderes para representar a Câmara Municipal na plataforma eletrónica da contratação pública porque a Câmara, ela própria, não tem um número autónomo relativamente a isso. -----

---- A Senhora Eng.<sup>a</sup> Susana Abrantes prestou alguns esclarecimentos. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que era então necessário introduzir na plataforma a indicação da deliberação de conceder ao Senhor Presidente da Câmara os poderes para representar a Câmara Municipal na plataforma eletrónica da contratação pública. Perguntou aos Senhores Vereadores se havia alguma dúvida sobre aquele assunto. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, aprovar a representação da Câmara Municipal pelo seu Presidente na plataforma eletrónica da contratação pública. -----

---- Por razões profissionais inadiáveis, saiu da reunião o Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral. -----

**(60/20160229)6. APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PROTOCOLO DE CONSTITUIÇÃO DA REDE DE TERRITÓRIOS DO ALTO MONDEGO**

---- Presente a proposta de Protocolo de Constituição da Rede de Territórios do Alto Mondego, que a seguir se transcreve: -----

---- - *Considerando que tem sido política do Município de Nelas o desenvolvimento de estratégias partilhadas com outros territórios subjacentes e agentes locais;* -----

---- - *Considerando a importância de criação de dinâmicas territoriais que contribuam para a criação de valor económico e social a partir dos recursos endógenos que constituem a matriz identitária dos territórios;* -----

---- - *Considerando a importância da criação de uma rede de territórios que permita alavancar a implantação de novo tecido económico, tendo por base dinâmicas de*





Reunião de 29/02/2016

*criatividade, inovação, empreendedorismo e internacionalização;* -----

---- - *Considerando a importância de estruturar uma plataforma de serviços partilhados que materializem a reinvenção do património material e imaterial dos territórios, sob a forma de novos produtos e serviços, assegurando simultaneamente o respetivo escoamento, com base numa rede proactiva e instrumental;* -----

---- - *Considerando a importância de dinamizar a prospeção sistemática de nichos e segmentos de mercado, em mercados internacionais de elevado valor acrescentado, promovendo a incorporação em redes transnacionais;* -----

---- *Proponho, ao abrigo do disposto nas alíneas o), u) e ff) e aaa) do n.º 1 do art. 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do protocolo de constituição da Rede de Territórios do Alto Mondego.* -----

---- *Nelas, 24 de fevereiro de 2016.*” -----

---- O Senhor Presidente afirmou que passava a palavra à Senhora Vereadora Dr. Sofia Relvas Marques para dar uma explicação que ele, Senhor Presidente, não sabia se os Senhores Vereadores assistiram na Assembleia Municipal relativamente ao que estava em causa. Também deu lá uma indicação. Mas trata-se de uma candidatura que o Executivo pensa formalizar até ao final do próximo mês de março. Foi distribuída aos Senhores Vereadores a proposta de protocolo. O que vem à reunião de Câmara é uma proposta de protocolo. Só sinteticamente. -----

---- A Senhora Vereadora Dr. Sofia Relvas Marques cumprimentou todos os presentes. Afirmou que tal como já foi referido, é um projeto que o Senhor Presidente já o apresentou. Contudo, o protocolo vai ser assinado ainda esta semana e é trazida hoje a proposta do mesmo. Para que a Câmara tenha conhecimento, de facto, este é um projeto que, sumariamente, a Câmara Municipal de Nelas, de Gouveia, de Fornos de Algodres e de Mangualde se vão candidatar, em consórcio, a uma candidatura europeia, criada que foi esta Rede chamada Rede de Territórios do Alto Mondego, em que se pretende congregar um número mínimo de habitantes de 50.000 habitantes para nos permitir elegibilidade na candidatura. Nesta lógica de dinâmica territorial deixará de haver quatro Municípios mas apenas um território com quatro polos de desenvolvimento. A cada um destes polos está indicado um produto endógeno sobre o qual cada um dos Municípios vai ter, de facto, uma estrutura técnica, uma infraestrutura dedicada a uma lógica de design, criatividade e internacionalização da fileira completa desse mesmo produto. No que diz respeito a Gouveia a opção tomada foi relativamente à área agro-pastoril, a ovelha, o fumeiro e o queijo. No que diz respeito a Fornos de Algodres foi optada a área do azeite, desenvolvendo uma grande estratégia de comunicação, inovação e internacionalização deste produto. No que diz respeito a Mangualde a opção foi sobre a fruticultura, enquanto lógica de face movings consumer goods, ou seja, hoje em dia a fruta tem um potencial enorme em termos comerciais, não só no produto por si mesmo, mas na transformação que tem enquanto fruta desidratada e fruta noutras modalidades. Em Nelas, naturalmente que o produto âncora é o vinho. Este projeto vai permitir, de facto, desenvolver uma lógica de nichos de mercado de elevado valor acrescentado de internacionalização. Queria dizer que ainda que ela, Vereadora Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas, esteja a descrever o fator, ou o produto endógeno de cada um dos 4 polos de design, ou de cada um dos 4 Municípios, o trabalho é totalmente revertido para os quatro, isto é, o



### Reunião de 29/02/2016

que se fizer sobre o vinho pela equipa técnica e na infraestrutura no Concelho de Nelas, serão, naturalmente, replicados os resultados positivos para os restantes três Municípios, assim como no que diz respeito ao queijo, ao azeite e naturalmente à fruticultura. A expectativa, de facto, é muito grande. A candidatura é apresentada até 31 de março. Todos os parceiros, desde os Municípios às instituições do Ensino Superior, às entidades como o IAPMEI, como o AICEP, como a CCDR, entre os demais, têm acedido muito favoravelmente ao projeto, emitindo, quando é necessário, as cartas de conforto que vão acompanhar a candidatura. O Executivo sabe que a nível europeu, repetia que esta era uma candidatura europeia, portanto, não discrimina qualquer país por estar, ou não, em condições de coesão. Portanto, daquilo que o Executivo soube numa última reunião de trabalho que existiu em Roma onde o Município de Nelas não esteve representado, mas esteve o Município de Mangualde, representando também o conjunto dos quatro, é que existiriam, para já, 36 intenções de candidatura e em Portugal apenas duas, uma no Porto e a nossa. Portanto, o Executivo tem, de facto, grande expectativa.

---- O Senhor Presidente perguntou se algum dos Senhores tinha alguma questão a colocar relativamente a esta Rede de Territórios do Alto Mondego.-----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, aprovar a proposta de Protocolo de Constituição da Rede de Territórios do Alto Mondego, a celebrar entre os Municípios de Gouveia, Fornos de Algodres, Mangualde e Nelas, os Institutos Politécnicos de Castelo Branco e Coimbra, as Universidades da Beira Interior e de Trás-os-Montes e Alto Douro, as Agências para a Competitividade e Inovação e para o Investimento e Comércio Externo, a CCDRC e as Direções Regionais da Agricultura e Pescas e a da Cultura, ambas do Centro. -----

### ENCERRAMENTO

---- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada esta reunião extraordinária às onze horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que foi lida em voz alta por mim, \_\_\_\_\_, conforme deliberação tomada na 1.<sup>a</sup> reunião desta Câmara Municipal, realizada em 04 de novembro de 2013, que a redigi, subscrevi e assino, tendo verificado a sua conformidade com a minuta já aprovada e assinada. -----

O Presidente,

\_\_\_\_\_  
A Técnica Superior, responsável pela Unidade Orgânica Administrativa e Financeira/Recursos Humanos e Saúde,